

DISCURSO DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE  
ALMEIDA NEVES

Mais uma vez abrem-se as portas deste Palácio para a solenidade de posse do novo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, juntamente com os demais integrantes da Mesa Diretora.

O momento é, sem dúvida alguma, exclusivamente, do recipiendário, não comportando, de minha parte, orações muito alongadas, até porque a assistência está ansiosa por ouvir a palavra daquele que está a receber o bastão e que irá dirigir a Casa.

Em eventos do tipo, é comum o que deixa a Presidência fazer opção por um discurso extenso, com especial ênfase para todas as ações que foram pensadas e executadas ao longo do mandato que finda. Parece-me de melhor alvitre, todavia, proceder de forma diversa, até porque o relatório circunstanciado, com a devida prestação de contas, já está disponibilizado na página do TJPE.

Limito-me, portanto, a proferir três brevíssimas palavras.

A primeira é de felicitações ao Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo por haver sido eleito pela unanimidade dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, para dirigir os destinos do Judiciário estadual no biênio 2016/2017.

Conheço muito bem o perfil de quem chega e posso atestar que se trata de um homem de fino trato, de elevado porte moral e intelectual, com invulgar capacidade de trabalho e inegável comprometimento com os interesses da Magistratura Pernambucana.

Ninguém está mais bem apetrechado do que o Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo para, neste momento, comandar o Poder Judiciário do Estado.

A segunda palavra é de elevação aos Magistrados e Servidores, que dignificaram os serviços forenses, atuando com dedicação e denodo, não obstante todas as dificuldades que enfrentaram durante o biênio que termina.

Angustiou-me a existência de tantos cargos vagos na Magistratura Pernambucana, com os Juízes atuando em regime de acumulação, sem que fosse possível prover a todos (são 200 os cargos vagos), em razão das mais do que conhecidas limitações orçamentárias.

Impacientou-me a constatação de que atos judiciais de superlativa importância, como audiências de réus presos e sessões de Júri, deixassem de ser realizados por ausência de Defensor Público, de Promotor, bem assim pela não apresentação de réus presos ou de testemunhas policiais civis e militares. No biênio 2014\2015, 1.033 sessões de Tribunal de Júri não foram realizadas por causas ocasionadas pelo Ministério Público (517), pela Defensoria Pública (270), pelos advogados (205) e pela não apresentação de réus presos, pelo sistema penitenciário (41). Ainda assim, com a atuação dessas briosas Instituições, foram realizados mais de 4.500 júris ao longo desses dois anos, desempenho que nos garantiu o recebimento de 50 selos bronze do CNJ.

Inquietou-me, outrossim, a situação atual fiscal por que atravessa o Brasil e em especial do Estado de Pernambuco,

nos obrigando a adotar, no âmbito do Poder Judiciário, à semelhança do que fizeram os Poderes Executivo e Legislativo, um plano de contingenciamento que implicou numa redução de gastos na ordem de 105 milhões de reais.

Em momentos que tais, como ensina Oscar Motomura, o gestor transformador é chamado a intervir para, diante dos problemas, e estimulando as pessoas, pensar e realizar, com criatividade, as ações necessárias ao aprimoramento dos serviços essenciais da Justiça.

Não obstante essas evidentes dificuldades, os Juízes e os Serventuários do Judiciário Estadual não se intimidaram com os obstáculos e foram à luta, com esforço e dedicação, no enfrentamento dos processos pendentes, sempre a procurar manter o prestígio, a perenidade e a grandeza da nossa Instituição, que conta com 193 anos de existência, honrando as tradições de lealdade, bravura e patriotismo do povo Pernambucano.

Os Desembargadores do TJPE, integrantes ou não da Mesa Diretora, os Juízes e os Servidores, estivemos todos juntos, fortes na união e não fracos na dispersão e defrontar,

travando o mesmo combate, e, bem por isso, a vitória veio para todos. Neste instante festivo, no qual estamos todos engalanados para recepcionar o Des. Leopoldo de Arruda Raposo como Presidente do TJPE, faço questão de elevar a minha voz, com o formalismo que o momento exige, para dizer-lhes que estou orgulhoso dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário Pernambucano, porque eles souberam, como disse anteriormente, vencer as adversidades e proporcionar um momento de grande elevação para o Poder Judiciário Pernambucano, que decorre do cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça, de julgar mais processos do que os casos novos recebidos, fato que deverá ser realçado na próxima edição do Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça.

Outrossim, em nível nacional, não seria demasiado lembrar, assiste-se hoje a uma verdadeira revolução pelo fim da impunidade e contra essa IGNOMINIOSA postura corrupta que se instalou no Brasil. O Poder Judiciário, se bem se vir, está a mudar o perfil carcerário do País, dando uma resposta positiva à sociedade. Eram inimagináveis – há alguns poucos anos – as prisões que estão sendo efetivadas hodiernamente,

e a confirmação, pelos órgãos jurisdicionais superiores competentes, dos decretos prisionais emanados do primeiro grau de jurisdição, frutos, igualmente, de um trabalho eficiente e corajoso desenvolvido por autoridades policiais e ministeriais. Por isso, impõe-se a defesa do fortalecimento das instituições, e das relações institucionais, para que se alcance um período de maior eficiência dos serviços públicos em geral, e em especial do serviço forense. O Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Polícia, estaduais e federais, precisam estar fortalecidos, mais bem equipados para o enfrentamento desses graves e crescentes problemas que culminam por tornar exangues, sem força, sem perspectivas, sem esperança, os cidadãos brasileiros.

Há que poder reagir com a formação de uma unidade granítica em prol da moralidade no serviço público, porque a Justiça, para lembrar a advertência do saudoso civilista Caio Mário da Silva Pereira “é o derradeiro escólio a que se agarram os que naufragam e os desenganados também. Em lhe faltando o senso de suas responsabilidades e o crédito dos cidadãos, é a própria descrença que se instala no conceito dos poderes estatais”.

A terceira palavra é de agradecimento. Conteí, na gestão que termina, com o concurso do trabalho de nomes de elevado nível intelectual, moral, e ético, e de inegável disposição para realizar, como, por exemplo, dentre outros, os de Fábio Eugênio e Mariana Vargas de Oliveira Lima, Eduardo Guilliod Maranhão, Ana Cláudia Barros Correia, Saulo Fabianne, Ana Luiza Câmara, Márcia Oliveira, Rebeka Maciel, Carlos Gonçalves, João Batista, Silas da Costa e Silva, Cel. Chusa Júnior, Jozi Maciel, Alandaives, Luiz Eduardo Câmara, Francisco Abreu, Oscar Barros, Juliana Neiva, Rita de Cássia, Maria José e Hênio.

Esses nomes formaram um grupo iluminado, brilhante e entusiástico, de valores éticos iniludíveis. Graças a essa equipe de trabalho, e, claro, com o apoio dos Senhores Desembargadores, foi possível:

(a) A Criação da Câmara Regional de Caruaru, de natureza itinerante, que descentralizou os serviços do segundo grau de jurisdição;

(b) A duplicação do horário de funcionamento das 34 varas cíveis da capital, transformando-as em 68 seções “A” e

“B”, com atuação das 07 às 19 horas, sendo significativo anotar que, em pouco mais de 1 ano, estas unidades judiciais reduziram os seus acervos de 155 mil para 102 mil processos, o que representa uma baixa de 53 mil processos, portanto;

(c) A expansão do Processo Judicial Eletrônico de 35 para 189 unidades judiciais;

(d) A nomeação de 102 novos juízes, 72 em 2014, sendo que, destes, apenas 61 tomaram posse, e mais 30 do último concurso, que tomaram posse ontem na sala do Tribunal Pleno;

(e) A implantação do projeto de Audiência de Custódia na capital, e do Programa de Governança Diferenciada dos Executivos Fiscais;

(f) A criação e a instalação de novas varas no combate à violência, tais como: as de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Petrolina, de Caruaru e a 3<sup>a</sup> da Capital, e a Vara de Execução Penal do Recife;

(g) A duplicação das Varas de Entorpecentes.

Para além disso, valorizou-se a criança e o idoso, com a criação das Varas Regionais da Criança e do Adolescente, de



Santa Cruz do Capibaribe e de Goiana, das Centrais de Depoimento Acolhedor de Camaragibe, Caruaru e Petrolina, que, inclusive, levaram o TJPE a receber selo ouro do Conselho Nacional de Justiça. A política de priorização do idoso, com a realização de quinzenas de conciliação, agilizaram 875 audiências, e, hoje, nos Juizados da Capital, são reservadas até 130 sessões por dia para esse público.

A Diretoria Cível da Capital, as Centrais de Agilização Processual e de Conciliação Pré-processual, as Câmaras Extraordinárias, a Secretaria Móvel para sanear pendências cartorárias, a valorização dos Magistrados e Servidores, a ferramenta TJPE Metas para estimular a produtividade no Judiciário, o Sicajud para as taxas e custas judiciais, o Juizado Auxiliar Itinerante; o 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de Petrolina, a criação das Casas da Justiça e Cidadania do Bongi e de Olinda, o Regime Diferenciado de Trabalho, com deslocamento de 80 servidores da área meio para atuar na área fim, a Semana Nacional e a Quinzena Estadual do Júri, o projeto do novo Regimento Interno do TJ, a construção e a inauguração dos fóruns de Panelas, Quipapá, Altinho, Serra Talhada e Arcoverde, bem assim a realização de

24 grandes reformas em prédios do Judiciário estadual, foram outras ações importantes adotadas na gestão visando valorizar o 1º Grau de Jurisdição.

Por último, peço licença para fazer-lhes uma confidência.

No instante em que recebi dos meus pares uma votação unânime para presidir esta Casa, confesso que o meu espírito foi tomado por uma especial emoção, jamais por mim vivenciada, por ver a minha carreira sendo coroada com tão elevada distinção.

O bom DEUS quis que isso fosse possível.

Mas, não me louvei, não me contemplei, nem me envaideci, em momento algum, por haver sido elevado ao cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Conquanto este tenha sido o ponto culminante da minha carreira, momento supremo da minha existência enquanto intérprete-aplicador da norma, devo, todavia, dizer que encarei a Presidência como uma missão divina, que desempenhei com tranquilidade, sem alardes, respeitando a colegialidade, e com o espírito completamente absorvido pela

humildade, sem perda do poder de comando, e pelo compromisso com o interesse público. Na Presidência, continuei a viver na verdade e na autenticidade, como sempre fiz, nunca com artifícios ou dissimulações. Talvez, por isso, em certos momentos, interna e externamente, as dificuldades tenham assumido maiores proporções. Mas quem assume cargo desta magnitude não pode esperar ventos brandos, mas, ao contrário, deve estar preparado para as tempestades advenientes das incompreensões de poucos. Afinal, como destacou Martin Luther King “a verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio”.

O importante é perseverar na ideia de que a garantia da sociedade moderna está, como acentua Regis Fernandes de Oliveira, na transparência dos atos e na decência das mãos limpas.

Dirigir um Tribunal do porte do TJPE não é tarefa fácil. Exige maturidade, prudência e equilíbrio, para além de disposição de luta para o enfrentamento de temas complexos que

envolvem interesses da Instituição, porque ao Presidente não é dado desertar do que não lhe pertence, muito menos permitir a vulneração dos postulados da autonomia e da independência do Poder Judiciário.

Procurei servir e não ser servido, sem esquecer de representar, com absoluto respeito e dignidade, os Senhores Desembargadores que me elegeram Presidente do Tribunal de Justiça. Os desafios foram enfrentados, com determinação, e superados com serenidade, seguindo a orientação do Benjamim Disraeli, para quem: “a vida é demasiado curta para ser pequena”.

Nada começa que não deva acabar. O passado não é mais e o futuro está por vir. Mas, como afirmou Peter Drucker, o Pai da administração moderna, “A melhor maneira de prever o futuro é criá-lo”.

Procurei aproveitar a experiência do passado para, durante a gestão que agora termina, achanar o terreno para um futuro melhor para o Poder Judiciário de Pernambuco e para as pessoas que precisam dos seus serviços.

Hoje, posso dizer que transmito o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco ao Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo com uma notícia para lá de positiva. A Magistratura Pernambucana, apesar do déficit de cerca de um terço de sua força de trabalho, e das limitações orçamentárias, ao final de dois anos conseguiu entregar um Judiciário que está julgando mais processos do que recebe.

Em 2015, foram recebidas 357.352 ações novas e julgados 369.677 processos. Isso é o quanto basta para terminar dizendo que não foi em vão o meu esforço, nem sáfaro o solo que amanhei; nem foi de joio, mas de bom trigo a messe que colhi.

Desejo toda a sorte e uma frutuosa gestão aos demais integrantes da mesa diretora, Desembargadores Leopoldo de Arruda Raposo, Adalberto de Oliveira Melo, Roberto Ferreira Lins e Antônio Fernando Araújo Martins, nomes que trazem vastíssima folha de serviços prestados ao Judiciário Pernambucano, tendo percorrido os vários estágios da

Magistratura e adquirido a experiência necessária ao desempenho das novas missões.

Agradeço a Márcia Neves, minha querida esposa, aos meus filhos Rodrigo, Mariana e Eduardo, e aos meus netos João, Maria Helena e Alegria, pelo apoio e compreensão pelas ausências frequentes.

Era o que tinha a dizer.

Deus nos abençoe a todos.

Muito obrigado.